

PÁG 2 Grande vitória ao mercado: CPAMP recomenda o uso do CVaR (50,35) em 2022

PÁG 4 Abraceel leva agenda do mercado para novo superintendente de geração

PÁG 6 Mais uma tentativa de tornar o comercializador de etanol independente

PÁG 8 Arsesp propõe prorrogação adiantada do contrato de concessão da Comgás

PÁG 10 Abraceel Na Mídia

PÁG 11 Curtas

PÁG 17 Próxima semana

PÁG 18 Calendário Abraceel



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Grande vitória do mercado: CPAMP recomenda o uso do CVaR (50,35) em 2022

Matéria em 1 minuto:

- Em linha com as sugestões da Abraceel, CPAMP recomenda para 2022: (i) manter os atuais parâmetros do CVaR (50,35); e (ii) implementar o VMinOp no Decomp e atualização dos níveis meta do VMinOp nos modelos Newave e Decomp;

- Comissão reforça o compromisso da CPAMP em validar o PAR(p)-A no primeiro trimestre de 2022, associada à calibração do CVaR; e

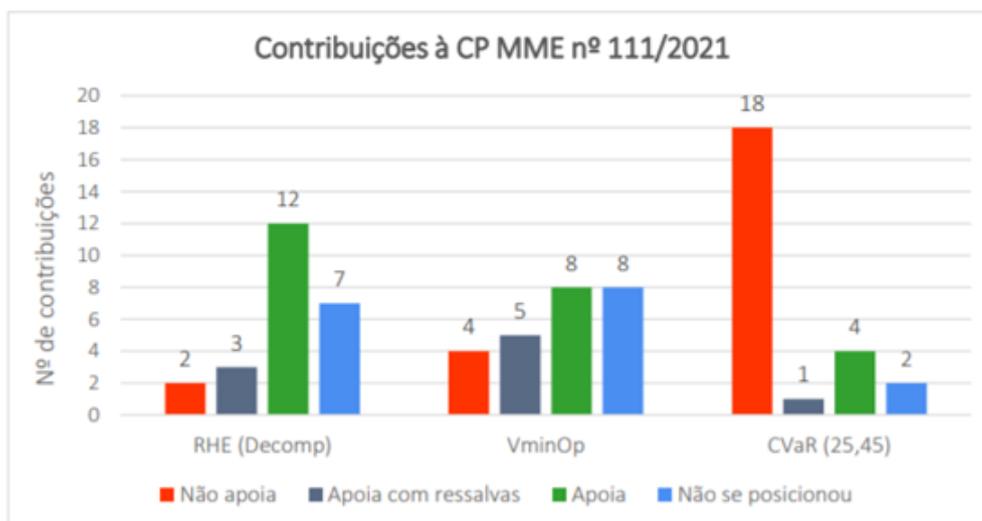
- Aprendizados proporcionados pela CPs MME 109 e 111/21 ensejarão mudanças na governança da CPAMP com vistas a propiciar aos agentes maior clareza à evolução dos estudos da Comissão.

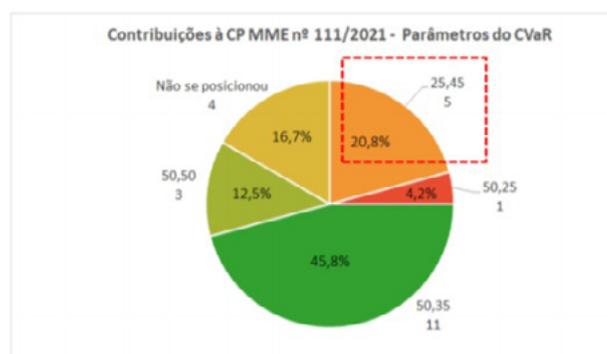
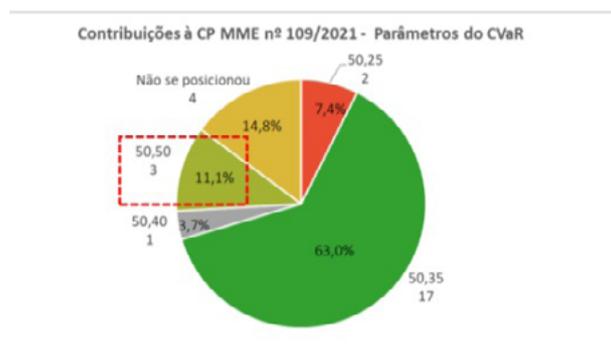


Tempo de leitura:
1 minuto

A CPAMP se reuniu, no dia 22.07, para aprovação dos aprimoramentos propostos nos modelos computacionais utilizados pelo setor elétrico a partir de janeiro de 2022, no âmbito das discussões das Consultas Públicas MME 109 e 111/21.

A CP 109/21 recebeu 31 contribuições dos agentes, sendo que 63% das contribuições se posicionaram pela adoção do par (50,35) para o CVaR. Já a CP 111/21, a segunda etapa, recebeu 29 contribuições dos agentes de mercado, sendo que 45,8% das manifestações sugeriram manter o par (50,35), 20,8% foram favoráveis à proposta da CPAMP, da utilização do par (25,45), e 12,5% indicaram o par (50,50). Quanto às mudanças relacionadas ao VMinOp, ou seja, implementação no modelo Decomp e atualização dos níveis meta, a maioria dos agentes considerou adequada.





Tendo em vista o panorama das contribuições recebidas nas discussões públicas, pautando a atuação nos princípios de transparência, previsibilidade e segurança jurídica e regulatória, em linha com as sugestões da Abraceel, a Comissão deliberou por propor o uso, a partir de janeiro de 2022:

1. Manter os atuais parâmetros do CVaR (50,35); e
2. Implementar o VMinOp no Decomp e atualização dos níveis meta do VMinOp nos modelos Newave e Decomp.

Dessa forma, os novos níveis meta do VMinOp são: (i) REE Sudeste, Paraná e Paranapanema = 20%; (ii) REE Sul e Iguaçu = 30%; (iii) REE Nordeste = 23,5%; e (iv) REE Norte = 20,8% (18% no mês de dezembro de acordo com a curva de operação da usina Tucuruí).

Em complemento, a ata da referida reunião reforça o compromisso da CPAMP em validar o PAR(p)-A no primeiro trimestre de 2022, associada à calibração do CVaR, para atualização da representação da aversão ao risco mais aderente à realidade operativa ao SIN. Cabe ressaltar que essas mudanças só terão eficácia na operação e na formação de preços a partir de 2023, caso aprovadas até 31 de julho de 2022, conforme diretrizes da Resolução CNPE 07/16.

Ademais, no [comunicado publicado no site do MME](#), a Comissão ressalta que o aprendizado institucional proporcionado pelas consultas públicas MME 109 e 111/21 ensejará mudanças processuais com vistas a propiciar aos agentes maior clareza quanto à evolução dos estudos e dos testes realizados pela CPAMP. Nesse sentido, deve ser realizada nova reunião com os agentes no final de agosto para apresentar as próximas atividades da Comissão.

A íntegra da ata e da apresentação da reunião plenária extraordinária da CPAMP estão disponíveis no site da Abraceel.

Abraceel leva agenda do mercado para novo superintendente de geração

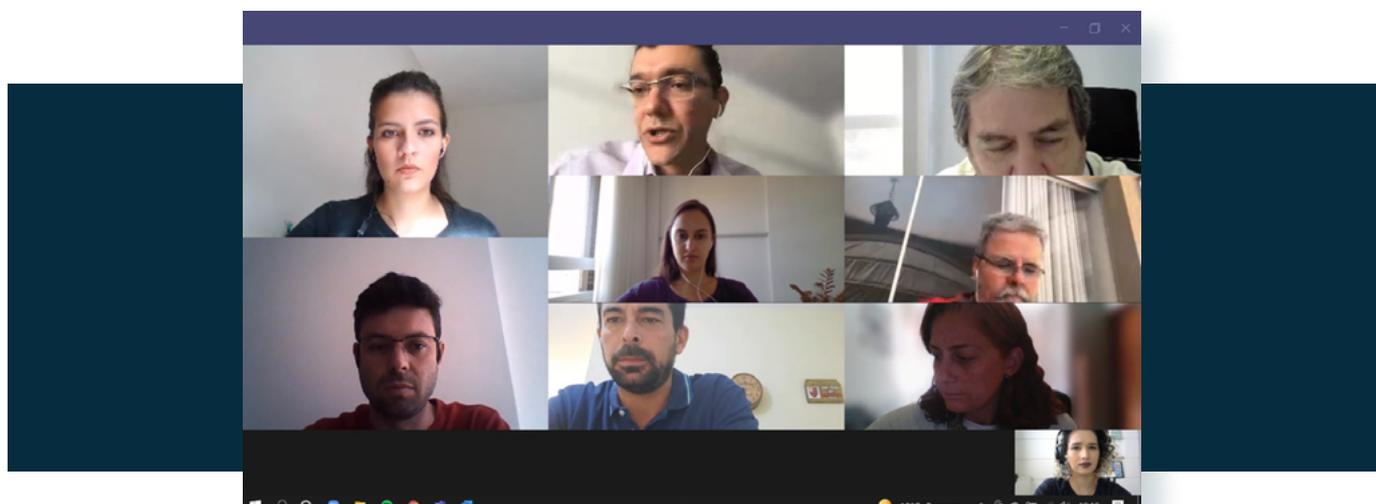
Matéria em 1 minuto:

- A SRG quer conhecer em detalhes as propostas da Abraceel que estão sendo desenvolvidas em parceria com a PSR para aprimoramento nos modelos;
- A discussão sobre a regulamentação da 843 também deve ser encaminhada no curto prazo;
- A SRG reiterou a intenção de manter um diálogo permanente com o mercado.



Tempo de leitura:
1 minuto

Após assumir recentemente a Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração da Aneel, Alessandro Cantarino convidou a equipe da Abraceel, no dia 23.07, para apresentar os temas que estão na agenda do mercado e são afetos à SRG. Reginaldo Medeiros agradeceu a oportunidade, frisando que todo o mercado recebeu muito bem a indicação de Cantarino e o diálogo entre as partes é fundamental.



O Presidente Executivo da Abraceel abriu o encontro questionando se já havia sido definida alguma diretriz da CPAMP em relação às alterações nos modelos que irão entrar em vigor em janeiro de 2022. Cantarino apontou que houve um alinhamento estratégico final nesta semana, e que a decisão ia ser publicada em breve, e foi, conforme detalhado na matéria “Grande vitória ao mercado: CPAMP recomenda o uso do CVaR em 2022”. Nessa questão, Reginaldo lembrou que a decisão é relevante para o posicionamento dos agentes no MVE que será realizado em 27.07, e que por isso, seria importante que a decisão fosse divulgada antes da realização do mecanismo.

Reginaldo frisou que é importante que decisões estruturais sejam tomadas com base em estudos aprofundados e com convicção, para evitar ruídos que não são positivos para a credibilidade no processo de formação de preços. Nesse aspecto, informou que a Abraceel contratou a PSR para trazer contribuições abrangentes sobre aperfeiçoamento dos modelos e Cantarino solicitou reunião com o time técnico da Agência assim que os resultados estiverem disponíveis.

Frederico Rodrigues questionou o andamento das discussões sobre a revisão da REN 843/2019, quando Cantarino informou que o tema é prioridade e já iniciaram o trabalho. Yasmin Oliveira apontou outro tema em que a SRG está envolvida, os aperfeiçoamentos no sistema de medição. A Aneel informou que o tema está sendo liderado pela SRT, mas solicitou que a Abraceel reforce seu posicionamento por e-mail.

Frederico também questionou como está o acompanhamento da SRG nas reuniões do PMO e a relação da Superintendência com o ONS. Yasmin complementou que os ruídos são gerados principalmente quando os agentes percebem mudanças de entendimento, em especial, quanto ao tratamento dos dados do modelo. Cantarino explicou que a Agência sempre acompanha as reuniões e que a revisão da REN 843 é relevante inclusive para cobrar conformidade dos agentes, quando necessário.

Sobre outros temas afetos a sua área, Cantarino reiterou a intenção de manter um diálogo permanente com o mercado. A Abraceel considerou muito positiva a reunião e a disposição do Superintendente em atender as demandas dos agentes, sempre que possível.

Mais uma tentativa de tornar o comercializador de etanol independente

Matéria em 1 minuto

- Abraceel se reúne com ANP para discutir a proposta do comercializador independente de etanol. A proposta traz os benefícios do aumento da competição e liquidez no setor, além da diminuição dos preços do insumo;

- A Superintendência de Fiscalização do Abastecimento da ANP se manifestou contrária à proposta do comercializador independente de etanol, entretanto ressaltou que a posição foi anterior aos esclarecimentos apresentados pela Abraceel na reunião, podendo ser revisto, uma vez solicitado formalmente pela Associação;

- A Abraceel enviou carta à SFI solicitando reavaliação do seu entendimento frente aos esclarecimentos apresentados e aguarda novo posicionamento da área.



Tempo de leitura:
1 minuto

No dia 20.07, a Abraceel se reuniu com o Superintendente de Fiscalização do Abastecimento (SFI) da ANP, Francisco Neves, e equipe. Estavam presentes também Bruno Cestaro do Grupo Delta Energia e Livia Amorim, do escritório Souto Correa. Na pauta, a proposta do comercializador independente de etanol.



Essa foi continuação da série de reuniões que estão acontecendo desde 2020 para discutir a proposta da Associação sobre o comercializador independente de etanol, apresentada no âmbito da Consulta Pública ANP 17/20.

Yasmin Oliveira, Assessora de Energia da Abraceel, fez breve apresentação sobre a proposta da Abraceel, que em síntese propõe que seja retirado vínculo societário do comercializador aos produtores, com possibilidade de atuação independente desse agente no atacado de etanol anidro e hidratado. Também argumentou que o desenho de mercado atual cria barreiras e que a proposta da ANP de implementar o distribuidor vinculado

já é um grande avanço, mas a Associação acredita que é necessário ir além, em prol do aumento da concorrência e liquidez do mercado de etanol, além da diminuição de preços aos consumidores finais.

Frederico Rodrigues, Vice-presidente de Energia da Abraceel, complementou, destacando que a figura do comercializador independente amplia a segurança do abastecimento e é complementar ao papel do distribuidor, tanto que o comercializador de etanol já é regulamentado pela Resolução ANP 43/2009, sujeito, inclusive, à aprovação e fiscalização da ANP, como os demais agentes.

A SFI e a Superintendência da Defesa da Concorrência (SDC), foram as áreas técnicas da ANP que levantaram questionamentos à discussão da CP ANP 17/20. A SFI, em especial, manifestou-se contrária à proposta do comercializador independente de etanol. Entretanto, enfatizou que o posicionamento contrário foi em relação à forma que a proposta chegou até a área técnica e, após os devidos esclarecimentos da Abraceel, e mediante solicitação formal da Associação, a Superintendência poderá rever seu posicionamento. Dessa forma, a Abraceel encaminhou correspondência à SFI apresentando formalmente a proposta do comercializador independente de etanol, solicitando que a superintendência reveja seu entendimento apenso ao processo, considerando que se trata de aprimoramento fundamental no desenho de mercado do setor de etanol. A íntegra da carta está disponível da área restrita do site da Abraceel, **seção “Cartas Abraceel”**.

Arsesp propõe prorrogação adiantada do contrato de concessão da Comgás

Matéria em 1 minuto

- A Abraceel apresentou suas propostas para alteração na minuta do 7º termo aditivo, que inclui regulação específica para o comercializador que pertencer ao grupo da concessionária, bem como prazo para que os usuários possam migrar para o mercado livre;
- A Associação também irá sugerir que o fim do monopólio da Comgás de fornecimento aos usuários residenciais e comerciais seja extinto a partir da assinatura do termo aditivo;
- A audiência pública para debater o tema será realizada no dia 30.07, às 13h.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 23.07, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a Consulta Pública Arsesp 10/21, que trata da prorrogação do contrato de concessão da Comgás.

Na minuta do 7º termo aditivo, é proposta a prorrogação por 20 anos do contrato de concessão da Comgás, conforme previsão do atual contrato de concessão CSPE 01/99, celebrado em 31 de maio de 1999.

Segundo a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado de São Paulo, a prorrogação antecipada garantirá investimentos mínimos no último ciclo do contrato vigente e a obrigação da Comgás de interligar, até 2025, sua malha de distribuição às demais concessionárias do estado.

Com foco no mercado livre de gás natural, a Abraceel apresentou na reunião as alterações propostas na minuta do 7º termo aditivo, sendo elas:

- a concessionária poderá exercer outras atividades empresariais no setor de gás (produção, carregamento, comercialização ao mercado livre etc.), desde que as atividades sejam exercidas mediante pessoas jurídicas distintas, com separação contábil, jurídica e funcional;
- devem ser implementados pela concessionária processos transparentes de chamadas públicas para aquisição de gás natural para fornecimento aos consumidores cativos, onde a concessionária deverá franquear aos agentes livres a participação con-





junta, de modo a obter preços e condições mais competitivas e vantajosas;

- haverá regulação específica para o caso de o comercializador pertencer ao grupo econômico da concessionária e
- a concessionária terá exclusividade para comercialização de gás canalizado aos usuários comerciais e residenciais até 10/11/2029, após este prazo, os usuários poderão migrar ao mercado livre.

Tendo em vista esses pontos, a contribuição da Abraceel irá sugerir que o fim do monopólio da Comgás de fornecimento aos usuários residenciais e comerciais seja extinto a partir da assinatura do termo aditivo, uma vez que apenas o contrato de concessão impede a migração desses agentes ao mercado livre de gás natural no estado de São Paulo.

Em complemento, a Abraceel apoiará a realização de chamadas públicas pela concessionária para aquisição de gás natural para fornecimento aos consumidores cativos, bem como a participação conjunta dos usuários livres, de modo a obter preços e condições mais competitivas e vantajosas.

Por fim, as associadas recomendaram tornar a redação mais clara da terceira subcláusula, da cláusula primeira da minuta do 7º termo aditivo, ou seja, esclarecendo que não é a concessionária que exercerá outras atividades empresariais no setor de gás natural, mas que haja possibilidade de empresas integrantes do mesmo grupo econômico, com expressa separação contábil, jurídica e operacional.

A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”. No dia 30.07, às 13h, será realizada a Audiência Pública 05/21 pela Arsesp para debater o tema. Para mais informações acesse: <http://www.arsesp.sp.gov.br/SitePages/audiencias-publicas.aspx>

Prazo da Consulta Pública sobre a Comgás é estendido

Logo após a reunião do GT, foi anunciada decisão da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo atendendo parcialmente pedido da Abividro para que o período de contribuições da CP 10/2021 ARSESP seja estendido por mais 120 dias. Assim, o prazo para envio será no final de novembro, totalizando 150 dias, enquanto o requerimento original da Abividro era por 180 dias de prazo.





ABRACEEL NA MÍDIA



Boletim Abraceel Abraceel publica boletim de energia livre de julho

[Acesse o boletim clicando aqui.](#)



Canal Energia A pressa é inimiga da perfeição e das alterações estruturais nos modelos de formação de preço

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



Folha de São Paulo | Comercializadores de energia pedem que ministro flexibilize mercado livre na crise hídrica

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



Canal Energia Abraceel propõe abertura temporária do ACL para mitigar crise hídrica

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



Instituições do setor elétrico I Informativo sobre as instituições do setor elétrico

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



Como seria sua vida sem energia I Benefícios do mercado livre #queroenergiabarata

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



CURTAS

Save the Date: Resultados da pesquisa Datafolha

No próximo dia 03.08, às 15 horas, a Abraceel apresentará os resultados da pesquisa Datafolha sobre o que pensa e quer o brasileiro do setor elétrico. O evento será realizado em parceria com a CBN e contamos com a presença das nossas associadas. Guardem essa data! Em breve, mais informações.

Cemig: Leilão de Compra de Energia Incentivada

A Cemig informa ao mercado que foi publicado o Fato Relevante 01 do Leilão de Compra de Energia Incentivada - Solar e Eólica – Cemig GT GF 01/2021. Por decisão da Cemig GT, houve alterações no “Tipo de Energia” para Energia Incentivada com 50% de desconto na TUST/TUSD. Todos os documentos estão disponíveis no site do leilão: <https://www.cemig.com.br/leilao-energia/greenfield/>

BC Energia promove evento

No dia 21.07, ocorreu mais uma edição do já tradicional Encontro dos Agentes do Setor Elétrico no Centro-Oeste, realizado pela associada BC Energia. Na pauta, os principais avanços e perspectivas do setor elétrico para 2021 e 2022. A discussão teve como foco a atual crise hídrica, segurança de mercado e a abertura do mercado de energia. Além disso, uma visões de ordem

política e econômica externa ao setor elétrico foi abordada. Ao final, os palestrantes deixaram alguns desafios para o futuro do setor elétrico, como a segurança comercial e a sustentabilidade financeira do setor. A Abraceel parabeniza nossa associada BC Energia pela iniciativa, muito bem organizada e executada!



Ministro Bento aprova regras da CREG

No dia 20.07, o Governo Federal publicou resolução que aprova as regras de funcionamento da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG. Segundo consta, a principal função da Câmara é estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica. A íntegra da resolução pode ser acessada no link: <https://bit.ly/3iDJynz>

Casa dos Ventos: Leilão de compra e venda de energia elétrica

A associada Casa dos Ventos informa que foi publicado o edital do 1º Leilão de Compra e Venda de Energia Elétrica. As empresas interessadas devem enviar propostas até 26.07 às 12h. O prazo para adesão se encerra hoje, 23.07. O edital com o regulamento completo e demais informações estão disponíveis no link: <https://casadosventos.com.br/editais/>



**PARTICIPE DO NOSSO
1º LEILÃO DE COMPRA
E VENDA DE ENERGIA.**

23 JUL | Fase de habilitação
26 JUL | Leilão

Mais informações sobre o certame no link do edital, disponível no texto.

casadosventos

Três vezes entre os 100 mais influentes do setor



Pelo terceiro ano consecutivo, Reginaldo Medeiros, Presidente Executivo da Abraceel, fica entre os 100 mais influentes da energia na década, uma edição especial do Oscar da Energia realizado pelo Grupo Mídia. Foram homenageadas as personalidades que mais se destacaram ao longo dos últimos dez anos. A cerimônia de premiação ocorreu no dia 30.06 no Centro de Convenções Rebouças, na cidade de São Paulo.

Live CNI sobre os impactos econômicos da Reforma Tributária

No dia 22.07, a CNI, em parceria com a Nação Consultoria, realizou live sobre a Reforma Tributária. O Ministro Paulo Guedes esteve presente e defendeu os benefícios da reforma, argumentando ser ampla e com passos revolucionários. Além disso, também disse que a primeira ação é a aprovação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Em seguida a intenção é tributar os mais afluentes, desonerar as empresas e os assalariados. A mensagem deixada ao final pelo Ministro foi de tranquilidade à sociedade com relação à redução e à simplificação de impostos em diversos setores



da economia. A live completa está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=xE2HrTWgHbU>

Bradesco disponibiliza plataforma de movimentação da conta bancária do MCP

A CCEE anunciou parceria com o Bradesco para disponibilizar plataforma para que os agentes possam acessar a movimentação e o extrato da sua conta do Mercado de Curto Prazo (MCP). A ferramenta, que será gratuita, será progressivamente atualizada com novas funções. A previsão é de que todos tenham acesso até o final de setembro deste ano. As informações de uso serão enviadas por e-mail. A simplificação e digitalização dos processos no Bradesco fazem parte da iniciativa da Abraceel para aprimorar o processo de migração ao mercado livre, conforme carta enviada às entidades em junho.

Recontabilização express reduz prazo e permite antecipação financeira

No dia 20.07, foi disponibilizado pela CCEE o módulo de recontabilização express, que possibilita a antecipação provisória dos valores financeiros e diminuição do tempo de recebimento de resultados de recontabilização, trazendo mais agilidade e simplicidade ao processo. Dessa forma, os agentes terão a aplicação da recontabilização na contabilização mensal subsequente do MCP. Para se qualificar, é necessário que o pedido de recontabilização atenda a alguns requisitos, como por exemplo, ser relativo a ajuste de dados de medição ou a alterações em contratos do

ACL, bem como não gerar impactos diretos em apurações do mercado regulado e não influenciar na operacionalização de decisões judiciais em andamento, entre outros critérios. Caso esses parâmetros não sejam atendidos, o processo seguirá o trâmite normal. A CCEE estima que cerca de 60% das solicitações poderão se enquadrar no módulo express. Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3wYRjCE>.

3ª Reunião Ordinária do Fórum do Gás

Ocorreu no dia 21.07, a terceira reunião ordinária do Fórum do Gás, na qual a Vice-Presidência de Energia da Abraceel esteve presente. Um dos destaques da pauta foi o termo aditivo de contrato da Comgás, objeto da CP 10/21 da ARSESP. O Fórum do Gás solicitou formalmente prorrogação da CP, todavia não obteve resposta. Dessa forma, foi deliberado que será elaborada contribuição do Fórum para a referida consulta pública, que as associações interessadas poderão subscrever. Além disso, também se discutiu iniciativa da Abraceel, que consiste em elaborar uma petição com aprimoramentos em relação ao cumprimento do TCC CADE/Petrobras. O documento também poderá ser subscrito pelas associações interessadas. Outros pontos discutidos foram a agenda de transição para transporte e o acompanhamento das regulações estaduais.

Workshop ARSESP: Leilões de suprimentos de gás natural

Será realizado, no período de 21.07 a 13.08, workshop ARSESP sobre leilões de suprimentos de gás. Ele será realizado por

meio de questionário online e tem como objetivo obter contribuições ao estudo referente às regras para aquisição de gás por meio de leilões voltados para o atendimento do mercado cativo. Isso se deve ao fato de que a Agência Reguladora anunciou que está elaborando regulação específica para os Leilões de Suprimentos de Gás no estado de São Paulo. O Grupo Técnico da Abraceel irá enviar por e-mail formulário online para que as associadas enviem subsídios para a contribuição da Associação nesse Workshop. O questionário oficial da ARSESP pode ser acessado por meio do link: <https://bit.ly/3hQLjhs>



Pauta Aneel: Aprimoramentos no MVE

Estão na pauta da reunião de Diretoria da Aneel que será realizada no dia 27.07, os seguintes processos: (i) resultado parcial da AP 25/19, que objetiva aprimorar o

cálculo da sobrecontratação de energia e exposição no MCP das distribuidoras; (ii) proposta de abertura de consulta pública com objetivo de aprimorar a regulamentação da venda de excedentes das distribuidoras; e (iii) resultado da CP 23/21, que trata do regulamento das distribuidoras que possuem mercado inferior a 700 GWh.

Atualização da convenção arbitral da CCEE avança

No dia 22.07, a CCEE realizou reunião com associações para dar continuidade às discussões de atualização da convenção arbitral. Na proposta, a ser submetida à assembleia da CCEE de outubro, além da câmara da FGV, constariam também a CAMARB e a CAM.CCBC, que estão com os termos contratuais finalizados. A CCEE pretende estender as tratativas a outras câmaras e irá verificar a possibilidade do dispositivo ser amplo para não inviabilizar a adesão de mais algumas. Segundo a CCEE, o mecanismo de proteção ao mercado continua atual, em que é exigida prestação de garantia em função de decisões que podem gerar efeitos a terceiros. A proposta nova, além daquelas discutidas em 2017, deixa claro que a arbitragem não se aplica à cobrança de créditos devidos no âmbito da CCEE por agentes ou não agentes, que continuaria sendo promovida pela via judicial. Tal menção é importante frente aos custos, já que no judiciário o custo médio é de R\$ 13 mil por ação e, na arbitragem, por sua vez, a média é de R\$ 638 mil por ação. Isso se aplica também às ações judiciais de recuperação de crédito, nas quais houve aumento

quantitativo significativo, e cujos custos podem trazer um risco de R\$ 1,6 bilhão em honorários de sucumbência, o que levaria a um grande impacto na contribuição associativa. Em breve, a CCEE irá disponibilizar pesquisa sobre o tema e a Abraceel irá circular com os associados.

Fase realiza 1ª reunião extraordinária do ano e discute reforma tributária

No dia 22.07, ocorreu a 1ª reunião extraordinária do FASE de 2021, com o objetivo de discutir o texto do PL 2.337/2021 (versão preliminar), que dispõe sobre a reforma tributária. A coordenadora do GT Tributário, Mariana Amim, da ANACE, contextualizou a questão, que motivou a decisão de o Fórum apresentar suas contribuições ao tema. As associações terão até dia 28.07 para apresentar sua visão e fundamentar o posicionamento do FASE. Ficou decidido também que a coordenação do FASE deverá interagir com a FIESP e com a CNI para verificar sinergias entre os posicionamentos dessas entidades com aquele a ser gerado pelo FASE.

Finalizando a reunião, o presidente do Fase, Mário Menel, informou que a carta FASE sobre a reforma tributária foi encaminhada também para a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, e que reunião com o relator do PL 2337/2021, deputado Celso Sabino (PSDB/PA), foi solicitada, com perspectivas de acontecer na semana de 26 a 30 de julho.

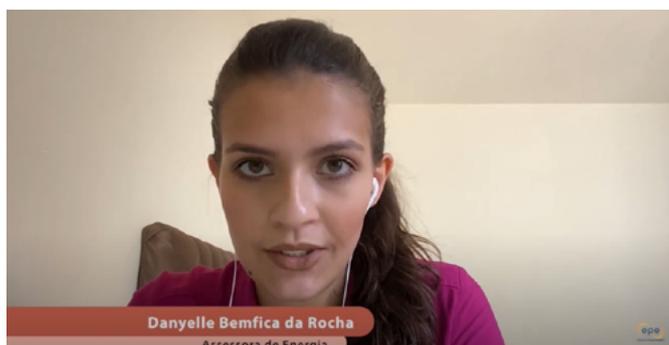
2º Workshop EPE – É a hora para um mercado de carbono?

No dia 23.07, a EPE realizou o 2º Workshop sobre as considerações de benefícios ambientais no Setor Elétrico, motivado pela Lei nº 14.120/21, que estabelece que em cerca de 12 meses, contados a partir da publicação da Lei, o Governo Federal definirá diretrizes para a implementação de mecanismos para a consideração de benefícios ambientais na matriz energética nacional. Na ocasião, foi apresentada a opinião das associações setoriais sobre o assunto, inclusive a da Abraceel, representada por Danyelle Bemfica, tendo a maioria se posicionado favoravelmente à criação do mercado de carbono no Brasil. Além disso, foram apresentados os resultados da pesquisa EPE sobre o tema, respondida pelas associações, onde o posicionamento da Abraceel foi discutido previamente com o Grupo Técnico. Em síntese, os resultados foram em linha com às sugestões enviadas pela Abraceel, onde a maioria das instituições manifestaram que a externalidade que deve ser considerada no mecanismo é a emissão de gases efeito estufa (GEE). Além disso, a pesquisa mostra que as organizações entendem que a métrica mais apropriada para precificação do carbono no Brasil é o mercado de carbono, que deve, inclusive, abranger outros setores da economia e ser tanto regulado, quanto livre. Em relação a forma de mensuração das emissões de GEEs, a pesquisa mostra a preferência pela mensuração no ciclo de vida (emissões diretas e indiretas conforme metodologia de análise de ciclo de vida – ACV).

Em complemento, a pesquisa mostra que a definição de teto de emissões, alocação de permissão de emissões e sistema de MRV precisam ser detalhadas nas diretrizes. Em relação aos riscos, os principais apontados foram a complexidade do arcabouço regulatório, promoção da eletrificação e a redução de emissões. Entretanto, as oportunidades relatadas foram em torno da receita adicional, da promoção da eletrificação e da redução das emissões. Por fim, a EPE convidou o mercado para o 3º Workshop que ocorrerá nos dias 05 e 06.08 com a presença da Agência Internacional de Energia (IEA). A discussão será acerca das experiências internacionais e os diversos caminhos para a implementação de mecanismos.

produtos que são entregues aos associados periodicamente.

A íntegra do evento pode ser acessada pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=kiNOj4gEeIY>.



Boas-vindas à nova associada Casa dos Ventos

No dia 23.07, a Abraceel realizou uma reunião de boas-vindas com a nova associada Casa dos Ventos. A associação fez uma breve apresentação sobre a forma atuação, planejamento estratégico, além dos

 **PRÓXIMA
SEMANA**

27.07 – Terça-feira: Call do Grupo Técnico para discutir a Tomada de Subsídios 10/2021 da Aneel, que trata do estudo sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado para consumidores com carga inferior a 500 kW, até janeiro de 2022, às 15h.

28.07 – Quarta-feira: Reunião do Conselho de Infraestrutura da CNI (Coinfra) com participação do diretor-geral da Aneel, André Pepitone, para discutir a crise hídrica e as perspectivas para o fornecimento de energia elétrica, às 10h;

Call do Grupo Técnico para discutir monitoramento da alavancagem, com participação de Donato Filho, da consultoria Volt Robotics, às 15h.

29.07 – Quinta-feira: Reunião com o secretário de Energia Elétrica do MME, Christiano Vieira, para discutir a modernização do setor, às 10h;

Abraceel participa da cerimônia do Prêmio Aneel de qualidade 2020, às 16h.



CALENDÁRIO ABRACEEL

JULHO

27.07 - Call do GT sobre Abertura de Mercado (Tomada de Subsídios 10/Aneel)

28.08 - Call do GT sobre monitoramento de alavancagem

AGOSTO

03.08 – Evento de lançamento da pesquisa Datafolha sobre o que pensa e quer o brasileiro do setor elétrico;

05.08 – Reunião do Conselho

Setembro

02.09 – Reunião do Conselho

30.09 – Reunião do Conselho

Outubro

20.10 – Reunião do Conselho

21 e 22.10 – Assembleia para deliberar sobre alterações no estatuto social da Abraceel

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.